

**INQUIETAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS  
NO ROL DAS ATIVIDADES FILOLÓGICAS<sup>8</sup>**

*Gérsica Alves Sanches* (UFBA/FSSBA/FVC)  
[gersicasanches@gmail.com](mailto:gersicasanches@gmail.com)

**RESUMO**

O trabalho editorial para a filologia percorre caminhos múltiplos no emaranhado dos textos. Por isso, pretende-se desencadear discussões sobre o fazer filológico, sobre a sua inserção no rol das ciências interpretativas, sua relação com os estudos humanísticos e, a partir disto, o seu trabalho com a memória. Há ainda uma tentativa de mobilizar as noções de edição que se engessam em definições, ao tentar tipificar e qualificar um texto editado. Esta tentativa justifica-se pelo fato de que uma edição – enquanto proposta leitura – só pode ser provisoriamente e parcialmente compreendida em algumas das noções de edição. Ainda reflete-se sobre o modo como uma atividade de leitura filológica lança esteio para um novo ou mais distenso projeto político-científico das ciências interpretativas, diante da revolução informacional e de uma mudança de paradigma científico.

**Palavras-chave:** Epistemologia filológica. Edição. Hipertexto.

**1. Introdução**

A maré de ditaduras da década de setenta não levou pela frente apenas escritores perigosos, teatrólogos subversivos, músicos respondões, cartunistas desobedientes e os professores que entendiam o ensino como criação de homens livres. Também avançaram contra os projetos científicos libertadores. E com razão, no seu ponto de vista: as vítimas do sistema costumam se enganar; os donos, não. O monopólio da tecnologia é uma chave de domínio no mundo contemporâneo e as ditaduras latino-americanas – partido político das corporações multinacionais – cumprem sua função: arrasam os escassos centros de investigação científica de vocação nacional, para que nossos países continuem condenados da tecnologia estrangeira, controlada pelo amo. Como os escritores, os cientistas nunca são inocentes: existe um meio de fazer ciência que, só pelo fato de existir, acusa os donos de um sistema inimigo do país e do povo. (GALEANO, 1990, p. 24)

Em muitas das práticas científicas de hoje, visualizamos o esquecimento do político, o esvaziamento do ideológico nas análises, a perda da noção do sujeito dividido, descentrado, “ou mais geralmente, a falta de ligação da linguagem com a exterioridade, enquanto ligação constitu-

---

<sup>8</sup> Este trabalho é fruto das reflexões empreendidas ao longo do trabalho de pesquisa desenvolvido pela autora em sua dissertação de Mestrado.

tiva” (ORLANDI, 2011, p. 9). Entretanto, chamamos a atenção para o fato de que no Brasil, em razão da atual conjuntura sócio-histórica, política e científica, o político, o ideológico e o sujeito dividido assumem uma importância preponderante para tais práticas – mesmo ciente de que a autora se refere mais detidamente à prática dos analistas do discurso, trazemos esta observação para as nossas reflexões.

É inquietante pensar em como se dão as práticas científicas e suas formulações na “periferia do mundo”. Colocando a discussão num território mais próximo, como pensar o desenvolvimento das práticas filológicas em um país de agudas e violentas distorções sociais? Que caminhos epistemológicos as práticas filológicas têm tomado no Brasil? A materialidade com a qual lida a filologia (documentos/monumentos<sup>9</sup>) é abundante em possibilidades de análise que apontam para sua exterioridade, que ecoa (ou ao menos deveria encontrar eco) nas reformulações constantes do fazer filológico. O objeto sobre o qual se debruça a filologia leva o exercício filológico a se reformular constantemente, resultando na sua amorfia e na impossibilidade de condensá-la em manuais e compêndios.

É um equívoco acreditar que a filologia como se conhece hoje é a mesma que foi praticada e definida pelos classicistas, ou aquela filologia oitocentista, que se deteve ao estudo histórico das línguas; passa-se continuamente, como diversas ciências, por mudanças e reformulações teóricas e epistemológicas. Como reflexo desse equívoco, muitos filólogos são tentados a definir, no começo de seus trabalhos, o que é filologia, levados a isto provavelmente pelo aparente desconhecimento de outros estudiosos da linguagem em relação ao desenvolvimento das práticas filológicas. Ou, pelo contrário, são tentados a isso em razão de os estudos linguísticos, os estudos literários, os estudos do discurso e, agora, os estudos culturais terem nela um inimigo comum; como se dela partissem (como salto, atribuindo a ela o status de arte e de diletantismo) em estado embrionário para atingir plenitude com a construção de teorias, métodos, objetos e objetivos próprios. Um discurso que tende a desterritorializar a prática filológica, para dar espaço ao turbilhão de estudos que surgem, antes de mais nada, como práticas, mais do que como ciência.

---

<sup>9</sup> Adota-se a noção utilizada por Foucault (2009), em *Arqueologia do Saber*, que compreende o documento como elemento que traz vestígios de um tempo, de uma cultura, que só existe em relação, requerendo que se ponham à luz as condições de produção e de recepção, constituindo-se como um instrumento de poder.

Nessa medida, vale evocar aqui Marquilhas (2010), em “Filologia oitocentista e crítica textual”, para enunciar que os estudos de crítica genética, de sociologia dos textos, ao lado de outras práticas filológicas, viriam atestar a face transdisciplinar, líquida e, por isso, amórfica da filologia. Assim, afirmam Borges et al (2012, p. 11) que a filologia teria sobre a sua guarda atividades distintas que se aproximam, que convergem pelo

[...] tratamento da palavra-texto, enquanto materialidade histórica, produzida e transmitida nas vias de cultura e da sociedade, pela mediação dos sujeitos – também históricos – que constroem, consomem, leem e, por isso, modificam-na.

O que temos hoje parece ser uma disputa por instâncias legitimadoras de saberes, e isto para as práticas científicas é fulcral. Na contração da sociedade líquida<sup>10</sup>, queremos, a todo custo, demarcar as linhas limítrofes entre as ciências da linguagem, pondo um cercado no terreno que se pretende arar e fertilizar com saberes vindouros. Enquanto tantas práticas academicistas tentam apartar tais práticas acima referidas (e não apenas elas entre si), a filologia se coloca como prática de convergência que não tenciona impor linhas engessadas que impossibilitem o seu trabalho com o texto, muito mais, ela quer é distender essas linhas para poder promover o trânsito entre essas áreas, porque se sabe que são os germes que vêm no vento de terras vizinhas que fertilizam e fazem brotar nas próprias terras.

É interessante notar que, mesmo com tantos discursos integradores e convergentes, como de Boaventura Sousa Santos, ainda haja tantos outros que, com sua força centrífuga, dispersam contribuições significativas capazes de trazer ganho intelectual. Ao pensar no surgimento de outro paradigma científico, Santos (1987) o compreende a partir de sua própria idiossincrasia, assumindo contornos políticos, sociais, culturais, subjetivos, atividade que

[...] não segue um estilo unidimensional, facilmente identificável; o seu estilo é uma configuração de estilos construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista. A tolerância discursiva é o outro lado da pluralidade metodológica. Na fase de transição em que nos encontramos são já visíveis fortes sinais deste processo de fusão de estilos, de interpenetrações entre cânones de escrita (SANTOS, 1987, p. 39).

---

<sup>10</sup> Evocamos os sentidos acionados por esta expressão em *Modernidade Líquida*, de Zygmunt Bauman (2001), quando se indica que a noção de liquidez é acionada para evidenciar a amorfia dos fluidos que se movem, transbordam, vazam.

Pensando sobre o lugar cada vez mais reduzido ao qual são relegados os estudos filológicos nos cursos de graduação e pós-graduação em letras, torna-se relevante o fato de que, com a fragmentação que sofreu o antigo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Bahia, a filologia figura como linha de pesquisa não apenas no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, mas também no Programa de Pós-Graduação de Literatura e Cultura. Indo mais longe, podemos perceber ainda que a filologia dá nome a alguns Programas de Pós-Graduação país afora, como o Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, isto é indicativo de que, embora haja uma tentativa de desterritorializar ou até mesmo solapar a filologia enquanto prática científica, é mais provável que ela ganhe cara nova, se reformule e se mantenha como uma das práticas representativas das ciências da linguagem.

A antiguidade, a diversidade, a multiplicidade e a amorfia características dos estudos filológicos não depõem contra a relevância e significativa contribuição que essa área pode prover, ao contrário, a filologia delinea-se, justamente por esses aspectos, como um campo fértil para as tais práticas de convergência relativas ao novo paradigma científico.

Conforme diz Orlandi (2012) em relação à sua própria prática, as interrogações teóricas e os questionamentos sobre métodos e procedimentos são necessários pelas análises, pelas leituras a que nos propomos. E “*é em nossa escrita que a teoria aparece em seu lugar e o método se mostra com seus efeitos*. Sem o que, não há compreensão e interpretação e não nos tornamos silenciosos, deixando as portas abertas” (ORLANDI, 2012, p. 12, grifo nosso). Então, é eivado de tais reflexões que surge o questionamento que se segue, no intuito de ponderar de que modo se configura a prática filológica.

## **2. A filologia para além da crítica textual**

Antes da invenção da imprensa, um texto muito divulgado e muito lido é, necessariamente, um texto que foi copiado muitas e muitas vezes. E, a cada cópia, o texto é sujeito ao risco de ser alterado, de maneira mais ou menos grave, no que diz respeito à sua versão original. Transcrever um texto qualquer sem cometer erros, ou sem introduzir alterações, é tarefa quase impossível. Uma cópia representa a versão necessariamente alterada do original que intende transmitir. Por isso, foi criada uma disciplina, a crítica textual (ou ecdótica), que tem por fim o exame exaustivo de toda a tradição

manuscrita, para verificação de seu grau de autenticidade, e no intento de estabelecer o texto original perdido. (SPAGGIARI; PERUGI, 2004, p. 18-19)

Seria o estabelecimento do texto um elemento definidor do trabalho filológico? Existe uma grande confusão quando se fala em edição de texto: por vezes, a filologia é tomada como sinônimo para a crítica textual, codicologia, paleografia, diplomática e hermenêutica. Não raro, esta confusão se instaura por um desconhecimento do objeto de estudo de cada uma dessas áreas que lidam com o texto, tendo, no entanto, objetivos bastante distintos. E isto não significa asseverar que estas áreas não se tangenciam e nem que, por vezes, se atravessam. Pelo contrário, é justamente por compartilharem alguns objetivos e um objeto, que se faz emergente validar essas relações transdisciplinares que elas promovem em suas práticas.

Edward Said (2007), em *Humanismo e Crítica Democrática*, dedica um capítulo do seu livro para pensar sobre a filologia no quadro das Ciências Humanas. Fazendo um retrospecto do que esta ciência historicamente representa, ele já de saída extirpa qualquer compreensão desavisada que encare a prática filológica como puro diletantismo. Longe disto, Said (2007) evoca os trabalhos de dois grandes filólogos bastante lidos na atualidade para conferir outro lugar à Filologia, Auerbach e Nietzsche.

É das discussões propostas por esses filólogos que Said (2007) partirá para tentar definir o que seria o labor filológico. Para este autor, a filologia pertence ao campo das ciências interpretativas que estudam atenta e detalhadamente a linguagem nas suas mais distintas formas de manifestação. Poeticamente, afirmará que, por ser uma ciência interpretativa, a filologia tem como material

[...] “um exército móvel de metáforas e metonímias”, cujo significado deve ser incessantemente decodificado por atos de leitura e interpretação fundamentados nas formas das palavras como detentoras da realidade, uma realidade oculta, desorientadora, resistente e difícil. (SAID, 2007, p. 81-82)

Por isso, “[...] a ciência da leitura, em outras palavras, é primordial para o conhecimento humanista” (SAID, 2007, p. 82). Seria este o objetivo principal da filologia: oferecer propostas de leitura das manifestações de linguagem, encarada em seu caráter *humano*? Que leitura seria esta, normalmente classificada como atenta, crítica e detalhada?

Nietzsche (2005, p. 74) dirá:

Eu entendo aqui por filologia, em sentido geral, a arte de ler bem, de sa-

ber distinguir os fatos, sem falsear com interpretações, “sem” delicadeza; a filologia como *ephexis* na interpretação: trate-se de livros ou de notícias de jornais, de destinos ou fatos meteorológicos, para não falar na “salvação da alma”.

Ao tratar do estudo de textos e discursos de instituições e autoridades concernentes ao âmbito religioso, pensando no trabalho do teólogo e comparando-o ao do filólogo, Nietzsche (2005), em *O Anticristo*, delinea uma concepção de filologia a partir dessas características que ele considera nodais: o rigor e o critério.

Então, até agora temos esses qualificadores atribuídos à prática filológica: atenta, crítica, criteriosa, detalhada e rigorosa. Para adensar a leitura de um texto, na perspectiva filológica, faz-se forçoso recorrer, inicialmente, a sua tradição direta, que seria o equivalente a buscar todo o processo de constituição e transmissão do texto. Seria importante também recorrer a sua tradição indireta, que permitiria acessar a outras leituras produzidas a respeito do texto analisado. Ao lado disso, verificamos a autenticidade do texto, a origem, o suporte, o material, os elementos endógenos e exógenos que o compõem e que são testemunhos da matéria em se forja. Tudo isto não para engessá-lo em uma forma, mas para localizá-lo no emaranhado de textos (discursos) em que se encontra e se movimenta.

Outra indagação que surge é a respeito de quanto e de que modo se diferenciam as ciências da leitura. Os métodos e recortes das ciências de leitura diferem-se pelos seus objetivos que, mesmo próximos, são diversos. Comungando de uma mesma base, a filologia, “[...] é ativa; implica adentrar no sucesso da linguagem em funcionamento nas palavras e fazer com que se revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto que possamos ter diante de nós”. (SAID, 2007, p. 82)

E não é tudo: penetram na filologia conceitos e métodos provenientes de ciências e correntes não filológicas – da sociologia, da psicologia, de várias correntes filosóficas e do âmbito da crítica literária contemporânea. Tudo isso deve ser levado em consideração, ainda que fosse para poder pronunciar-se, com a consciência tranquila, a respeito da eventual inutilidade de um dado método para fins filológicos. Quem não se limita coerentemente a um campo restrito e ao universo conceitual de um pequeno círculo de colegas, vive num turbilhão de exigências e perspectivas a que é quase impossível atender. E, todavia, a especialização em um só campo é cada vez mais insatisfatória: por exemplo, quem hoje quisesse ser um provençalista e só se ocupasse de setores correspondentes da linguística, da paleografia e da história não seria um bom provençalista. Por outro lado, há campos que se ramificam de tal maneira que se exige uma vida inteira para dominá-los [...]. (AUERBACH, 2007, p. 364)

É claro que na prática as coisas nem sempre progredem de um objetivo ou problema geral para a descoberta de um ponto de partida concreto. Por vezes ocorre que se descubra um fenômeno inicial singular que permite por si só a compreensão e a formulação do problema geral – o que, entretanto, só pode ocorrer quando já existe alguma abertura prévia para o problema. Mas o essencial é compreender que um objetivo geral de caráter sintético ou um problema geral não basta. É necessário um fenômeno tão circunscrito, concreto e passível de ser descrito por técnicas filológicas quanto seja possível encontrar, a partir do qual problemas se exibam e a execução se torne possível. É possível que, algumas vezes, um único fenômeno inicial não seja suficiente, e outros mais se façam necessários; mas, uma vez encontrado o primeiro, os outros se apresentarão mais facilmente, até porque esses outros devem ser de espécie tal que não somente se encaixem com os primeiros, mas também converjam para a meta comum. Trata-se portanto de uma especialização que, sem seguir as divisões tradicionais da matéria, e sim o que convém ao objeto, deve por isso mesmo ser sempre reformulada. (AUERBACH, 2007, p. 364-370)

Esta percepção tão lúcida de Auerbach (2007) para as nossas reflexões demonstra que toda atividade de leitura crítica não se realiza somente a partir da ânsia do estudioso, mas a partir das potencialidades e peculiaridades que cada texto apresenta. Ademais, as concepções de língua/linguagem, texto e edição parecem determinar o modo como se desenvolvem as práticas de leitura filológica. E a edição seria uma parte deste processo de localização, de leitura do texto. Sendo atentos, cuidadosos, receptivos e resistentes, os atos de leitura “[...] podem propiciar ao humanismo um exercício adequado de seu valor essencial” (SAID, 2007, p. 84). “Assim, com efeito, uma leitura minuciosa [...] localizará gradativamente o texto no seu tempo como parte de toda uma rede de relações, cujos contornos e influência desempenham um papel formador *no* texto”. (SAID, 2007, p. 85)

### **3. O hipertexto: texto de malhas expostas**

Sendo o texto o objeto de estudo da filologia, que desenvolve práticas diversas de abordagem e de procedimentos teórico-metodológicos para estudá-lo, pensaremos aqui a respeito do trabalho editorial tão comumente realizado pelas atividades filológicas no Brasil.

Interessa-nos aqui discutir, especialmente, sobre a noção de edição hipertextual ao lado do que se convencionou designar de edição comentada, por considerar que elas alçam para a superfície textual as malhas com as quais se coseu um texto, assumindo que ele se constitui num emaranhado de tramas, sem começo, nem fim, como se fosse mesmo um rizoma. A percepção de que qualquer texto é potencialmente um hiper-

texto é uma grande questão para as ciências interpretativas, pois são os gestos de leitura que evidenciarão tal hipertextualidade.

Por isso, o estabelecimento de tipos de edição não pode ser algo pacífico e nem definitivo, é preciso considerar que uma edição, independente do tipo, é sempre uma proposta de leitura, que se realiza atentando para um determinado suporte, meio, estrutura e características composicionais que potencializem os gestos de leitura que se quer salientar, problematizar, discutir, reforçar...

Uma edição hipertextual e uma edição comentada apresentam um aparato que, mesmo se realizando de maneira diferente – seja num ambiente virtual, seja num ambiente impresso – podem apontar, por meio de comentários ou hiperlinks, para um *interdiscurso*, ao mesmo tempo em que chama a atenção para um *intradiscurso*.

O *interdiscurso* se refere à dimensão vertical de um Enunciado (no sentido foucaultiano que corresponde a uma posição sujeito), entendido como uma rede de formulações. “É nessas redes que se estabiliza a referência dos elementos do saber: os objetos do discurso aí se formam como pré-construídos, os [E] aí se articulam” (COURTINE, 1982, *apud* ORLANDI, 2008, p. 11), formando uma rede de formulações. Já o *intradiscurso* seria esta horizontalização da dimensão vertical da constituição do enunciado, no nível sintagmático, “[...] contemporânea da apropriação do sujeito, [que] organiza a repetição e também provoca, eventualmente, o apagamento, o esquecimento, e mesmo a denegação” (COURTINE, 1982, *apud* ORLANDI, 2008, p. 11).

Sendo assim, é preciso debater em que medida uma edição comentada também pode ser entendida como uma edição hipertextual. Norteados pelas formulações desta nova revolução informacional e tecnológica, muitos filólogos e editores consideram como edição hipertextual aquela que se dá em ambiente virtual e que apresenta hiperlinks, conectando o texto editado a outros textos, materializando, assim uma parte das conexões que este texto estabelece.

Por esta lógica, percebe-se que sustenta esta crença o entendimento de que o hipertexto surgiu com o aparecimento do ambiente virtual. Sobre isto, manifestam-se Jean-Louis Lebrave (2002) e Roberto Zular (2002):

[...] foi sobretudo o desenvolvimento espetacular da informática que causou o maior prejuízo ao texto que nos legou o século XIX. Primeiramente, o correlato material do conceito de texto desaparece: o computador transforma o es-

crita em um objeto volátil e imaterial tanto por suas formas de estocagem, que escapam à nossa percepção direta, quanto pelos procedimentos de visualização na tela. Nossos hábitos de apreensão do escrito são profundamente perturbados: fragmentação do espaço de consulta, apenas uma ínfima janela sendo aberta sobre o texto, quase impossibilidade de uma leitura cursiva, fragilidade da conservação submetida às eventualidades da alimentação elétrica da máquina... (LEBRAVE, 2002, p. 115).

Não deixa de ser curioso que a crítica genética tenha surgido simultaneamente à chamada era da informática. É que, ao contrário do que possa parecer, o uso dos manuscritos tem muito a ensinar sobre o alargamento das possibilidades de texto (hipertextualidade, uso de imagens, de diferentes fontes, etc.), bem como sobre os procedimentos, hoje já quase banalizados, de operação sobre o texto (cortar, colar, buscar etc.) (ZULAR, 2002, p. 16-17)

Com base nestes estudiosos, o surgimento do ambiente virtual promoveu uma revolução no modo como produzimos e lemos um texto, como se a chamada “revolução informacional” empreendesse nas atividades de leitura realizada pelas ciências interpretativas uma ruptura ou um salto qualitativo. Mas chamamos a atenção para as compreensões de língua/linguagem e texto que subjazem nestas reflexões, elas encaram o texto como algo estático e pronto, um produto acabado. Ocorre que, em paralelo a esta compreensão, há a noção de texto como processo e como algo inacabado, lembrando aqui Umberto Eco (2005). E esta compreensão não está atrelada ao meio em que o texto é veiculado, mas, antes, ao modo como este é lido. A apresentação de uma edição hipertextual não pode ser classificada como tal por conta do ambiente que a hospeda ou do suporte que a recebe, mas sim pelo modo como ela foi gestada, pela leitura filológica empreendida. Sendo assim, não se pode tomar por sinônimo hipertexto e edição digital (ou em suporte digital).

Nessa medida, podemos recorrer ainda a Deleuze e Guattari (1995), para falarmos do pensamento rizomático que se materializa, ao menos em parte, em um hipertexto, sem que para isto se necessite recorrer ao ambiente virtual.

Não há diferença entre aquilo de que um livro fala e a maneira como é feito. Um livro tampouco tem objeto. Considerado como agenciamento, ele está somente em conexão com outros agenciamentos, em relação com outros corpos sem órgãos. Não se perguntará nunca o que um livro quer dizer, significado ou significante, não se buscará nada compreender num livro, perguntar-se-á com o que ele funciona, em que conexão com o que ele faz ou não passar intensidades, em que multiplicidades ele se introduz e metamorfoseia a sua, com que corpos sem órgãos ele faz convergir o seu. Um livro existe apenas *pele fora e no fora*. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 12, grifos nossos)

Com isto, a *web* (rede) são os próprios textos, eles se realizam

nessas redes de conexões que podem, a partir de uma *leitura hipertextual*, vir à tona através de comentários (que seriam os próprios *hiperlinks*, já que materializam a(s) conexão(ões)).

Exposto isto, pode-se considerar que:

O hipertexto se organiza em um modo “fractal”, ou seja, qualquer nó ou conexão, quando analisado, pode revelar-se como sendo composto por toda uma rede, e assim por diante, indefinidamente, ao longa da escala dos graus de precisão. Em algumas circunstâncias críticas, há efeitos que podem propagar-se de uma escala a outra: a interpretação de uma vírgula em um texto (elemento de uma microrrede de documentos), caso se trate de um tratado internacional, pode repercutir na vida de milhões de pessoas (na escala da macrorrede social). (LÉVY, 1993, p. 25-26)

O hipertexto requer uma escrita e leitura colaborativa. Se tomamos como válida a indicação de Deleuze e Guattari (1995) sobre o livro (texto) que existe apenas *pelo fora* e *no fora*, a leitura filológica em uma dimensão hipertextual seria possível quando se conta com um hiperleitor que consiga perceber o texto e deslindá-lo em sua rede de conexões.

Ainda é preciso admitir que o ambiente virtual permite, com muito mais fluidez e eficácia, materializar essas relações interdiscursivas que figuram num texto. Mas também há que se considerar que o texto não é algo pronto e acabado, está sempre em processo, em constante *fazimento*, não é unidade, não é linear, nem estático. Desse modo, é preciso um hiperleitor que saiba identificar e ler esses rastros do *interdiscurso* que atravessam o *intradiscurso*.

Assim, propomos que, em certa medida, um estudo filológico teria um caráter hipertextual, por tentar desvelar os *intradiscursos* e alguns desses rastros *interdiscursivos*.

Ao acionar o *fora* de que fala Deleuze e Guattari (1995), recorremos ao contexto, que designa, portanto, a configuração de ativação de uma grande rede semântica em um dado momento (LÉVY, 1993, p. 23).

#### **4. Considerações finais**

Toda essa discussão que se empreendeu aqui são inflexões diante da continuidade de um discurso acadêmico e científico que se mantém, pelo menos às vezes, alheio às contribuições teórico-científicas que a atividade filológica pode oferecer, através do seu *fazer* rente ao texto e à linguagem de uma maneira geral. Os estudos filológicos mantêm-se ati-

vos e produtivos, sendo, por vezes, esteio para um novo ou mais distenso projeto político-científico das ciências interpretativas, diante da revolução informacional e de uma mudança de paradigma científico.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUERBACH, Erich. *Ensaio de literatura ocidental: filologia e crítica*. Trad.: Samuel Titan Jr. e José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Editora 34, 2007.

AUERBACH, Erich. *Filologia da literatura mundial*. Ensaio de literatura ocidental. Davi Arrigucci Jr. e Samuel Titan Jr. (Org.). Trad.: Samuel Titan Jr. e José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2007.

BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Trad.: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BORGES, Rosa et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad.: Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ECO, Umberto. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FERRARI, Pollyana (Org.). *Hipertexto hipermídia: as novas fronteiras da comunicação digital*. São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Trad.: Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.

GALEANO, Eduardo. *A descoberta da América* (que ainda não houve). 2. ed. Porto Alegre: Universidade, 1990.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Trad.: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

\_\_\_\_\_. *Cibercultura*. Trad.: Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo:

Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_. *O que é o virtual?* Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2003.

MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e crítica textual. In: ALVES, Fernanda Mota et al. (Orgs.). *Filologia, memória e esquecimento*, Act. 20. Lisboa: Húmus, p. 355-367, 2010. Disponível em: <[http://www.clul.ul.pt/files/rita\\_marquilhas/Marquilhas-Memoria-Esquecimento.pdf](http://www.clul.ul.pt/files/rita_marquilhas/Marquilhas-Memoria-Esquecimento.pdf)>.

NIETZSCHE, Friedrich. *O Anticristo*. 12. ed. Trad.: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

SAID, Edward W. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 16. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

SANTOS, Elmo. O local da leitura: novos enunciados no semiárido. In: *Anais do Congresso Internacional Lectura 2011: para leer el XXI se ha de conocer las fuerzas del mundo para ponerlas a trabajar*. Havana (Cuba), 25-30/11/2011.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. São Paulo: Ars Poética/Edusp, 1994.

WANDELLI, Raquel. *Leituras do hipertexto: viagem ao dicionário de Kazar*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.